



TJ de Pernambuco tem 99 parentes de desembargadores

Dos 382 cargos comissionais do Tribunal de Justiça de Pernambuco, 82% (316) são ocupados por funcionários não concursados. Destes, 40% — 127 vagas — estão ocupadas por filhos, genros, irmãos, esposas, sobrinhos e cunhados de desembargadores e, em menor escala, com familiares de juízes, advogados e políticos.

No ranking de quem apadrinha mais parentes, seis desembargadores empataram, com cinco familiares cada um. A informação é do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Os dados são de uma pesquisa inédita da Fundaj — Fundação Joaquim Nabuco, em parceria com a Associação Juízes pela Democracia, que mapeou o nepotismo no TJ. A prática engorda em até R\$ 24,7 mil as finanças das famílias beneficiadas — além do salário dos desembargadores, de R\$ 19,1 mil.

De acordo com a pesquisa, apenas 66 cargos comissionados estão nas mãos de servidores concursados, o que representa 17% destes postos.

A maioria dos apadrinhados é nomeada para função de conciliador (salário de R\$ 4.879,99), seguida do cargo de secretário de juizado (R\$ 2.342,38 mensais). O maior salário é de R\$ 5.270,038, quando são nomeados como assessor técnico judiciário.

Dos 127 parentes nomeados no tribunal, 99 tem relação familiar com desembargadores: 41 filhos ou filhas, 17 sobrinhos, 4 irmãos ou irmãs, 7 mulheres, 9 genros ou noras, 7 cunhados, 2 sogros, 1 cunhado do filho e mais 11 pessoas cujo grau de parentesco não foi informado.

Os juízes empregam 13 parentes e amigos — 3 filhos e filhas, 5 irmãos e irmãs, 3 mulheres, 1 juiz aposentado e 1 de parentesco não revelado. Já os advogados empregaram 2 irmãs e 2 esposas. Na conta de deputados, 3 parentes contratados.

Date Created

14/10/2005